

Diversidade e direitos

A construção do Estado e a paz no Médio Oriente

Uri Avnery

O Estado nação, como ideia e como realidade, dominou a história dos dois últimos séculos.

Como ideia, parece satisfazer uma profunda necessidade humana: a pertença a um grupo, a identificação com a cultura, língua e história, real ou imaginada, de uma nação. O sentimento de pertença a um «nós», distinto de um «eles» dá ao indivíduo um sentimento de certeza e de segurança. Isto é verdade quer o «eu» tenha que se submeter ao «nós», como nas sociedades totalitárias, quer o «nós» seja considerado como uma extensão do «eu», como nas sociedades democráticas. No início da fase nacionalista da civilização ocidental, o Estado nação de média dimensão era uma boa base para as realidades tecnológicas, económicas e militares. Dava à nova economia industrial um mínimo mercado local, permitia à sociedade manter-se a par do desenvolvimento tecnológico e gerava, na era dos exércitos de massas, as capacidades militares necessárias a uma defesa eficiente.

Não admira que nenhum concorrente pudesse substituir o nacionalismo como ideologia dominante. A afirmação de Marx de que o proletariado não tem pátria morreu nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, quando os proletários de todas as nações se mataram mutuamente com grande entusiasmo. O comunismo falhou rotundamente nas suas tentativas para suplantar o nacionalismo. Na antiga União Soviética, após setenta anos de educação internacionalista, foi só o comunismo desaparecer para que o nacionalismo voltasse a erguer a cabeça, como se nada tivesse entretanto acontecido.

Nos séculos XIX e XX, o nacionalismo conquistou o mundo. Começando em países como a França e a Alemanha, alastrou aos pequenos povos da Europa de Leste. Polacos, checos, lituanos, sérvios e todos os outros ergueram-se e exigiram Estados nação próprios, quebrando, primeiro, os velhos impérios dinásticos multinacionais e depois os impérios comunistas.

Da Europa, o nacionalismo expandiu-se para a Ásia, a África e as Américas, até que não restasse imune nenhuma nação no mundo. Nalguns países, o nacionalismo assumiu uma

forma comunista, como na China e no Vietname, enquanto noutros tem uma forte componente religiosa, como no Irão. Mas foi o nacionalismo que deu a todos esses movimentos o seu irresistível poder.

De certa forma, é uma ironia. As circunstâncias materiais de base do Estado nação clássico já deram lugar a novas realidades, tornando-o obsoleto. Países como a França, a Alemanha ou a Espanha já não são uma base suficiente para uma moderna economia, uma defesa eficiente, o desenvolvimento tecnológico e científico e as comunicações – que necessitam de unidades maiores, regionais e mesmo globais.

E, no entanto, o Estado nação permanece. A realidade material pode mudar rapidamente, mas as consciências humanas mudam lentamente – se é que mudam. O nacionalismo floresce, mesmo quando o Estado nação perde muitas das suas funções em favor de estruturas multinacionais.

Depois da Segunda Guerra Mundial, quando os europeus entenderam que tinham que se unir para competir com gigantes como os Estados Unidos e o bloco comunista, teria sido lógica a criação dos Estados Unidos da Europa. Pelo contrário, foi adoptada a fórmula de Charles de Gaulle “Europa das Nações”. Continuam a existir diversos Estados nação, cada qual com a sua bandeira, o seu governo e a sua equipa de futebol, ao mesmo tempo que o processo de tomada de decisão em questões económicas e militares se transfere cada vez mais para a União Europeia, a NATO e mesmo as Nações Unidas.

O conflito no Médio Oriente deve ser analisado tendo como pano de fundo estes desenvolvimentos à escala mundial. É um conflito único, resultante de um processo histórico único. A este propósito, é suficiente afirmar que agora existem duas nações no pequeno país que, até 1948, se chamava Palestina, encurraladas num conflito que começou há muito e que continua num ciclo contínuo de sangrenta violência.

Em 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou uma resolução – mais inteligente que muitas outras – que contemplava a partição da Palestina, com um Estado judeu (55% do território) e um Estado árabe (com os restantes 45%). O lado judeu aceitou a decisão, o árabe rejeitou, e na guerra que se sucedeu o novo Estado de Israel tomou posse de 78% do país. O Estado árabe palestino nunca chegou a existir, vítima das ambições de outros Estados árabes e das maquinações israelitas.

Já na altura, há 57 anos, alertámos para que este estado de coisas nunca levaria à paz enquanto se mantivesse. Estávamos seguros que a nação Palestina nunca faria a paz sem alcançar o que todos os povos do mundo desejam: um Estado próprio, soberano e viável. Este aviso foi, até há pouco tempo, rejeitado por todos os governos israelitas, que simplesmente negavam a existência de um povo palestino (à semelhança da insistência do governo francês, nos anos 50, na não existência de um povo argelino).

Por que é que os governos israelitas negam aos palestinos um Estado próprio? Israel não tem fronteiras claramente definidas – recusa-se a defini-las desde a sua criação – porque importantes elementos em Israel, agora liderados pelo primeiro-ministro Ariel Sharon, querem incluir toda a Palestina em Israel, deixando para os palestinos, no máximo, alguns enclaves isolados, semi-autónomos, tipo Bantustões.

Do lado palestino, a exigência de um Estado próprio é agora mais forte que nunca. Trinta e seis anos de ocupação israelita não enfraqueceram este desejo e, muito pelo contrário, quanto mais brutal e inumana foi ficando a ocupação, mais forte e violenta ficou a resistência. Tudo isto era facilmente previsível.

Em 1988, o Conselho Nacional Palestino, sob a liderança de Yasser Arafat, declarou-se pronto a criar o Estado da Palestina em apenas 22% do seu território histórico – a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, com a capital em Jerusalém Oriental. Desde então, o choque entre esta exigência moderada e a sua recusa por parte do governo israelita está no centro do conflito, apesar de existirem outros pontos de divergência.

Trinta anos atrás, o apoio à chamada “solução dos dois Estados” restringia-se a algumas dezenas de pessoas em todo o mundo. Foi rejeitada pelo “consenso nacional” em Israel, pelo movimento de libertação da Palestina e, praticamente, por todas as potências mundiais. Recordo-me de tentar obter apoios para esta solução em Washington e em capitais europeias e de me deparar com um muro de resistência.

Agora, existe um consenso mundial em torno dos “dois Estados para dois povos”. As sondagens mostram que uma maioria de israelitas, bem como a esmagadora maioria dos palestinos, apoia esta ideia, que foi oficialmente adoptada pelo “Quarteto” composto pela União Europeia, os Estados Unidos, a Rússia e as Nações Unidas, no contexto do Road Map.

Em tempos de desesperança, vingam todos os tipos de ideias. Alguns intelectuais ressuscitaram recentemente a velha e descartada ideia de um Estado “bi-nacional” – o que significa que nem israelitas nem palestinos teriam um Estado nação próprio mas que viveriam pacificamente num Estado comum – o que vai contra todas as experiências históricas, incluindo as mais recentes, na antiga União Soviética, na antiga Checoslováquia, em Chipre e em muitos outros lugares. É impensável que esta ou a próxima geração de israelitas desista do seu próprio Estado nacional, pelo qual tanto lutaram. É ainda mais improvável que os palestinos, depois de tudo o que sofreram, desistam do seu sonho de viver, finalmente, sob a sua própria bandeira.

A paz chegará quando existir um verdadeiro Estado da Palestina, ao lado do Estado de Israel. Isto levará a algum tipo de estrutura económica comum, provavelmente envolvendo a Jordânia e, para além disso, a algum tipo de associação do Médio Oriente, a exemplo da União Europeia. Esta não é a melhor solução, é a única solução. Não será facilmente concretizável e requer uma enorme dose de idealismo e um árduo trabalho prático. Para levar a bom porto esta tarefa histórica, nós, membros do movimento israelita para a paz, estamos prontos a cumprir a nossa parte.